

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVII - N.º 17 / 2016

6 de setembro de 2016



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 6 de setembro de 2016

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 24 de agosto de 2016

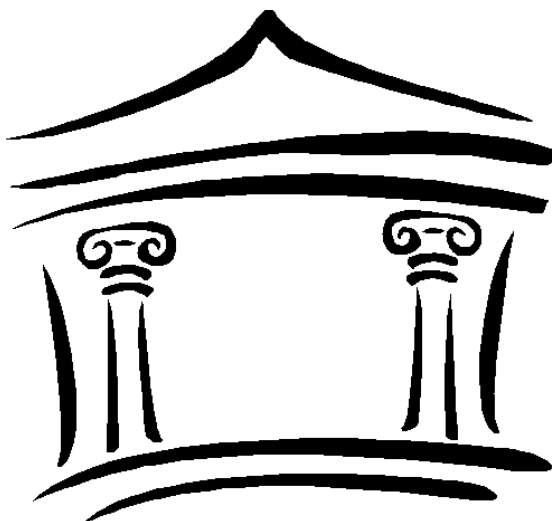
	Página
Atas	7
8.ª Alteração Orçamental 2016, 9.ª Modificação Orçamental	7
Constituição dos Júris de diversos procedimentos concursais de Cargos de Dirigentes dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas - SIMAR	8
Minuta de Contrato para Empreitada de Substituição da Conduta Elevatória Amoreira (ZB) / Caneças (ZB) - Concurso Público n.º 22/2015	8
Nota de encomenda n.º 16/00581, emitida na sequência da U.R. n.º 15/C/00337, no âmbito do processo da Empreitada de Substituição da Conduta Elevatória Amoreira (ZB) / Caneças (ZB) - Concurso Público n.º 22/2015	8
Minuta de Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC	8
Minuta de Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, os Agrupamentos de Escolas e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC	12
Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, para a criação do Gabinete de Apoio ao Emigrante	16
Atribuição de um apoio financeiro aos clubes/ coletividades desportivas, no âmbito das candidaturas ao PAMO, Medida I - eixo do Desporto	18
Atribuição de um apoio financeiro aos clubes/coletividades desportivas, no âmbito das candidaturas ao PAMO, Medida II- eixo do Desporto	19
Atribuição de um apoio extraordinário financeiro aos clubes/coletividades desportivas, a atribuir no âmbito das candidaturas ao PAMO, Medida I - eixo do Desporto	19
Minuta de Contrato Programa, a celebrar de modo individualizado, entre o Município de Odivelas e cada uma das entidades beneficiárias, no âmbito das candidaturas ao PAMO, Medida I - eixo do Desporto	20
Minuta de Contrato Programa, a celebrar de modo individualizado, entre o Município de Odivelas e cada uma das entidades beneficiárias, no âmbito das candidaturas ao PAMO, Apoio Extraordinário - eixo do Desporto	21
Autorização para a realização de obras de reparação e conservação a cargo da Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas	23
Aumento do valor pago pela utilização de infraestruturas, no âmbito do Programa Clube do Movimento, para a época 2016/2017	23
Minuta de Acordo de Cooperação entre o Município de Odivelas e as entidades, no âmbito do Programa Clube do Movimento	24
Apoio aos participantes do Grupo de Jovens Marianos da Paróquia de Odivelas numa peregrinação a pé a Fátima	25
Atribuição de uma comparticipação financeira ao Ginásio Clube de Odivelas, sob a forma de apoio extraordinário - Contrato Programa	25
Adesão e apoio anuais da Câmara Municipal de Odivelas à comemoração do Dia Mundial do Coração	26



	Página
Esquema Diretor e Redelimitação da UOPG-10-Vila de Caneças	28
Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças e respetivos Termos de Referência,	28
Abertura do período de Discussão Pública	29
Proposta de aplicação de apoios e incentivos para a Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo de Odivelas	29
Alteração ao alvará de loteamento n.º 6/2002 do Bairro Casal de São Sebastião, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	29
Alteração ao alvará de loteamento n.º 11/1996, da Urbanização dos CTT, Arrozeiras - Vale Covo, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	29
Receção definitiva das obras de urbanização relativas ao alvará de licença de loteamento n.º 07/1978 - Processo n.º 16919/U	30
Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, do Bairro Casal da Silveira, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	30
Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2007 do Bairro Quinta das Canoas, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	30
Emissão de parecer desfavorável à ligação de ramal de abastecimento de água e respetivo contador, na Rua D. Manuel I, Lote n.º 402, Bairro Serra da Luz, União de Freguesias de Pontinha e Famões	30
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 670, inserido no Bairro dos Quatro, União de Freguesias de Pontinha e Famões	30
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 601, inserido no Bairro dos Quatro, União de Freguesias de Pontinha e Famões	30
UNIDADES ORGÂNICAS	
DESPACHOS	
Outros Despachos	31
AVISOS	32
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	34



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 24 de agosto de 2016

DELIBERAÇÕES

ATAS

ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 10.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 16 de maio de 2012.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 16 de maio de 2012)

ATA DA 21.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 21.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 31 de outubro de 2012.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 31 de outubro de 2012)

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

9.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 8.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2016

8.ª Alteração Orçamental de 2016, 9.ª Modificação Orçamental, nos termos dos mapas anexos à informação n.º interno/2016/8405, de 2016.08.18 e que farão parte integrante da ata da presente reunião

“8.ª Alteração Orçamental de 2016

A 8.ª Alteração Orçamental de 2016 reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de

algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.

De entre os vários movimentos de reforço, destaque para:

-No Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes

O valor de 159.000,00 € (cento e cinquenta e nove mil euros), no projeto “Trabalhos Diversos em Equipamento Desportivo”;

No projeto referente a “Execução Coerciva de Obras na Urbanização das Colinas do Cruzeiro, em Odivelas – Alvará n.º 1/2001 – Consolidação Estrutural de Diversos Troços Muro de Suporte de Terras e Tratamento Taludes na Rua Augusta Cunha Lamas”, o reforço de 11.000,00 € (onze mil euros);

Uma verba de 8.000,00 € (oito mil euros), relativa ao projeto “Inspeções Periódicas, Seguros e Outras Despesas”.

-No Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente:

11.300,00 € (onze mil e trezentos euros), no projeto “Programa de Apoio Municipal de Odivelas – Eixo Social – Medida III – Beneficiação de Instalações”;

Reforço de 21.300,00 € (vinte e um mil e trezentos euros), referente ao projeto “Piscinas Municipais”.

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 288.795,23 € (duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e noventa e cinco euros e vinte e três cêntimos), verificando-se um aumento das despesas de capital no valor de 13.118,38 € (treze mil, cento e dezoito euros e trinta e oito cêntimos), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas correntes, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

Quadro Síntese

	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações
Total de Despesas Correntes	101.676,85	114.795,23
Total de Despesas Capital	187.118,38	174.000,00
Total Geral	288.795,23	288.795,23

(un: euros)”

(Aprovado por maioria)



SIMAR DE LOURES E ODIVELAS

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DOS CARGOS DIRIGENTES COMPOSIÇÃO DOS JÚRIS

Constituição dos Júris de diversos procedimentos concursais de Cargos de Dirigentes dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas - SIMAR, e autorização para a possibilidade de que o recrutamento para o Cargo de Direção Superior possa ser de entre indivíduos licenciados não vinculados à Administração Pública, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8388, de 2016.08.17 dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos da Proposta n.º 298/2016 dos SIMAR de Loures e Odivelas, aprovada pelo seu Conselho de Administração e remetida a esta Câmara Municipal através do ofício S/17906, de 16.08.2016.

Júris para os seguintes procedimentos concursais dos Cargos de Dirigentes dos SIMAR:

Cargo – Diretor Delegado;
Cargo – Diretor de Departamento de Exploração de Águas;
Cargo – Diretor de Departamento Comercial;
Cargo – Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro;
Cargo – Diretor de Departamento de Resíduos e Apoio Logístico;
Cargo – Chefe de Divisão de Cadastro, Estudo e Projetos;
Cargo – Chefe de Divisão de Laboratório e Qualidade;
Cargo – Chefe de Divisão de Fiscalização;
Cargo – Chefe de Divisão de Faturação e Controlo de Consumos;
Cargo – Chefe de Divisão de Atendimentos e Gestão de Clientes;
Cargo – Chefe de Divisão de Administrativa e documental;
Cargo – Chefe de Divisão Financeira;
Cargo – Chefe de Divisão de Aprovisionamento;
Cargo – Chefe de Divisão de Recursos Humanos;
Cargo – Chefe de Divisão de Resíduos Urbanos;
Cargo – Chefe de Divisão de Gestão de Frota;
Cargo – Chefe de Divisão de Apoio Logístico;
Cargo – Chefe de Divisão de Exploração de Redes de Águas;
Cargo – Chefe de Divisão de Redes e Manutenção;

(Aprovado por unanimidade)

EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA CONDUTA ELEVATÓRIA AMOREIRA (ZB) CANEÇAS (ZB) MINUTA DE CONTRATO

Minuta de Contrato para Empreitada de Substituição da Conduta Elevatória Amoreira (ZB) / Caneças (ZB) – Concurso Público n.º 22/2015, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7887, de 2016.08.02 dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, conforme consta da Proposta n.º 281/2016, dos SIMAR de Loures e Odivelas, aprovada pelo seu Conselho de Administração e remetida a esta Câmara Municipal através do ofício S/16822, de 29.07.2016.

(Aprovado por unanimidade)

Nota: a adjudicação da referida empreitada foi aprovada na 11.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 1 de junho de 2016 – publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 11/2016, de 14 de junho, pág. 10.

EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA CONDUTA ELEVATÓRIA AMOREIRA (ZB) CANEÇAS (ZB) NOTA DE ENCOMENDA

Nota de encomenda n.º 16/00581, emitida na sequência da U.R. n.º 15/C/00337, no âmbito do processo da Empreitada de Substituição da Conduta Elevatória Amoreira (ZB) / Caneças (ZB) – Concurso Público n.º 22/2015, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7887, de 2016.08.02 dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas, conforme consta da Proposta n.º 281/2016, dos SIMAR de Loures e Odivelas, aprovada pelo seu Conselho de Administração e remetida a esta Câmara Municipal através do ofício S/16822, de 29.07.2016.

(Aprovado por unanimidade)

Nota: a adjudicação da referida empreitada foi aprovada na 11.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 1 de junho de 2016 – publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 11/2016, de 14 de junho, pág. 10.

PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - AEC

ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO, TRIPARTIDO, COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS ANO LETIVO 2016/2017

Minuta de Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC, nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, para o ano letivo de 2016/2017, na sequência da aprovação da proposta de



funcionamento do referido Programa na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odiveelas de 2016 e na 10.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odiveelas de 2016 (*Boletins Municipais das Deliberações e Decisões n.º 12/2016 e n.º 13/2016, respetivamente*), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7737, de 2016.07.28.

“PROPOSTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, define, entre outras, as regras a observar na oferta das **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)** no 1º ciclo do ensino básico, bem como o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência no âmbito das mesmas atividades.
2. A referida portaria aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione o 1º ciclo do ensino básico.
3. No âmbito da portaria, consideram-se **AEC** as atividades que sejam de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.
4. As referidas atividades traduzem-se numa oferta obrigatória e de frequência gratuita, sendo a inscrição facultativa, e que se desenvolvem ao longo do ano letivo dirigidas aos alunos do 1º ao 4º ano do 1º ciclo do ensino básico público.
5. As atividades curriculares são obrigatoriamente organizadas em regime normal, podendo exceionalmente ocorrer em regime duplo, quando as instalações não permitam o funcionamento em regime normal, mais precisamente, quando o número de turmas constituídas for superior ao número de salas disponíveis.
6. Define a portaria que no recrutamento e contratação dos respetivos profissionais devem ser tidos em conta os recursos docentes de carreira existentes nos próprios agrupamentos de escolas para afetar às AEC, após o cumprimento do despacho normativo relativo à distribuição do serviço docente, conforme indicado na alínea a), número 2, do Artigo 16.º da mesma portaria.
7. Na planificação das AEC devem ser tidos em conta, os recursos existentes na comunidade, nomeadamente IPSS, associações culturais, entre outros.

8. Define ainda o Artigo 14.º da referida portaria que a entidade que seja promotora das AEC nos termos da alínea b) do Artigo 13.º (Autarquias locais) pode essa entidade constituir parcerias com as demais entidades nele referidas ou com outras entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, para a concretização das AEC, designadamente, para a seleção e recrutamento dos profissionais que venham a assegurar o desenvolvimento das atividades, mediante a celebração de um protocolo de colaboração, cujos termos constam no Artigo 15.º da portaria e terão de identificar as atividades de enriquecimento curricular a desenvolver, a duração semanal de cada atividade, o local ou locais de funcionamento, as responsabilidades e competências das partes, o número de alunos em cada atividade e os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC.

9. No âmbito da Clausula 3ª, do Contrato de Execução respeitante à Transferência de Competências para o Município em matéria de Educação, publicado no Diário da República N.º 28, 2ª Série, de 27 de outubro de 2009, o Município de Odiveelas enquanto Entidade Promotora do Programa das AEC apresentará junto da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) os dados referentes à sua implementação, conforme definido no Artigo 21.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odiveelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, **Hugo Martins** adiante designado por **PRIMEIRO OUTORGANTE**;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE _____, com sede na Escola _____, Rua _____, _____, Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato representado pelo/a Senhor/a Diretor/a do Agrupamento, **Professor/a _____**, adiante designado por **SEGUNDO OUTORGANTE**;

e,

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA _____, com sede na Escola _____, Rua _____, Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato representado pelo/a Senhor/a Presidente, _____, adiante designado por **TERCEIRO OUTORGANTE**.

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente **Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação**, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir



Cláusula Primeira
(Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as Partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, na(s) Escola(s) _____.

2. Os termos do presente Acordo no que se refere à identificação das atividades de enriquecimento curricular a desenvolver, a duração semanal de cada atividade, o local ou locais de funcionamento, as responsabilidades e competências das partes, o número de alunos em cada atividade e os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC constam do Anexo I, que dele faz parte integrante.

3. O Anexo I mencionado no ponto anterior poderá ser objeto de atualização sempre que tal se justifique.

Cláusula Segunda
(Das Responsabilidades do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante responsabiliza-se por:

- a) Elaborar e apresentar a proposta de candidatura ao Programa em questão, nos termos definidos pelos diplomas do Ministério da Educação e Ciência;
- b) Proceder à transferência de verbas para o Terceiro Outorgante, tendo por base o apoio financeiro definido nos termos do Artigo 20.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, tendo por referência os dados constantes no Anexo I ao presente Acordo, em três tranches sendo a primeira transferência realizada até ao dia 15 do mês de início do 1º período letivo /setembro 2016; a segunda transferência até ao dia 15 do mês do término do 1º período letivo /dezembro de 2016 e a terceira e última transferência, até ao dia 15 do mês de início do 3º período letivo /abril 2017;
- c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Segundo e Terceiro Outorgantes, tendo em conta, as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida, o número de turmas a constituir, bem com os espaços físicos afetos ao programa;
- d) Efetuar o acompanhamento da implementação, aplicação e resultados do Programa, em conjunto com o Segundo e Terceiro Outorgantes;
- e) Monitorizar o processo de inventariação dos materiais e equipamentos adquiridos pelo Terceiro Outorgante, em conjunto com o Segundo Outorgante.

f) Analisar e aprovar a aquisição, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Segundo e o Terceiro Outorgantes;

g) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;

Cláusula Terceira
(Das Responsabilidades do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante responsabiliza-se por:

- a) Inventariar os recursos docentes de quadro, próprios do agrupamento de escolas, disponíveis para a realização de uma ou mais AEC, no sentido de estes serem obrigatoriamente afetos às AEC, nos termos do Artigo 16.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.
- b) Organizar os processos de inscrição dos alunos no Programa e desencadear os procedimentos inerentes à formação das turmas, em função da carga horária semanal, do local de funcionamento, bem como do número de alunos a frequentar cada atividade;
- c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Primeiro e Terceiro Outorgantes, tendo em conta as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida dentro dos limites da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, o número de turmas a constituir, bem com os espaços físicos a afetar a cada atividade;
- d) Planificar, supervisionar e acompanhar a programação das AEC, tendo por base o Projeto Educativo do respetivo Agrupamento de Escolas, garantindo a articulação de todos os componentes curriculares;
- e) Elaborar a proposta de articulação pedagógica, em conformidade com os objetivos definidos no projeto educativo do agrupamento de escolas, o Plano Anual de Atividades do Estabelecimento de Ensino bem como outras diretrizes produzidas pelo Ministério da Educação e Ciência, submete-la à aprovação do Conselho Pedagógico e à deliberação do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas;
- f) Colaborar com o Terceiro Outorgante na seleção, recrutamento e contratação dos professores para as AEC, em conformidade com as orientações da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que regula o Programa;



g) Efetuar o plano anual de supervisão pedagógica conforme definido no Regulamento Interno do agrupamento de escolas e acompanhar a avaliação do Programa em conjunto com a entidade promotora e a entidade parceira;

h) Efetuar a avaliação da implementação, aplicação e resultados do Programa, conjuntamente com o Primeiro e o Terceiro Outorgantes;

i) Referir em sede de Regulamento Interno as implicações das faltas às Atividades de Enriquecimento Curricular, nos termos do Artigo 8.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto;

j) Proceder ao inventário de todos os materiais/equipamentos adquiridos pelo Terceiro Outorgante no âmbito do programa das AEC dando conhecimento do mesmo ao Primeiro Outorgante.

k) Analisar e aprovar a aquisição, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Primeiro e o Terceiro Outorgantes;

l) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;

m) Facultar ao Ministério da Educação e Ciência, informação relativa ao perfil dos recursos docentes afetos às atividades de enriquecimento curricular, designadamente os respeitantes às habilitações literárias e qualificações profissionais;

Cláusula Quarta
(Das Responsabilidades do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante responsabiliza-se por:

a) Selecionar e recrutar, em articulação com o Segundo Outorgante, os professores para as AEC, em conformidade com as orientações da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que regula o Programa;

b) Efetuar a gestão quotidiana das AEC em articulação com o Segundo Outorgante e garantir a substituição dos professores, no caso de ausência pontual ou continuada;

c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Primeiro e Segundo Outorgantes, tendo em conta as atividades a desenvolver, a carga horária

semanal definida, o número de turmas a constituir, os horários de cada atividade, bem como os espaços físicos afetos ao Programa;

d) Garantir a implementação do Programa de acordo com os horários semanais definidos em conjunto pelas partes e o local determinado para o funcionamento de cada atividade, tendo igualmente em conta, as orientações programáticas bem como outras diretrizes produzidas pelo Ministério da Educação e Ciência;

e) Efetuar o pagamento aos professores através das verbas transferidas pelo Primeiro Outorgante e elaborar mapas trimestrais de custos a enviar à Câmara Municipal de Odivelas no final de cada período letivo, tendo em conta o número de alunos a frequentar as AEC, a fim de se proceder aos eventuais acertos nos montantes das transferências subsequentes;

f) Apresentar documentos de quitação dos comprovativos dos valores pagos aos professores, ou cópia do contrato. No caso de se tratar de uma contratação de serviço, deverá a Entidade Gestora solicitar este comprovativo à entidade contratada;

g) Garantir que as verbas a transferir no âmbito do presente Acordo serão aplicadas no Programa de desenvolvimento das AEC, assumindo integral responsabilidade pela não utilização das referidas verbas para o fim a que se destinam;

h) Remeter ao Primeiro Outorgante, no final do 1º, 2º e 3º períodos letivos, relatório com a relação das despesas efetuadas, acompanhado de cópias digitalizadas das respetivas faturas ou recibos comprovativos das mesmas;

i) Colaborar na gestão dos recursos humanos afetos à vigilância dos recreios e limpeza das instalações, nos termos a definir com o Segundo Outorgante;

j) Garantir que todos os materiais/equipamentos, que não sejam de desgaste rápido, adquiridos no âmbito do Programa das AEC, serão entregues à Coordenação da Escola, a qual terá a responsabilidade de os incluir em inventário próprio, dando conhecimento do mesmo ao Primeiro Outorgante.

k) Analisar e adquirir, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, os bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Primeiro e o Segundo Outorgantes;

l) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser



utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização.

Cláusula Quinta
(Da Logística)

A lecionação das Atividades de Enriquecimento Curricular, no âmbito do mencionado Programa, far-se-á nos espaços previamente acordados entre o Primeiro e o Segundo Outorgantes.

Cláusula Sexta
(Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor após a publicação no Boletim Municipal e à data da sua assinatura, mantendo-se em vigor até ao dia de encerramento oficial do ano letivo 2016/2017.

Cláusula Sétima
(Disposições Finais)

1.No demais, este Acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas entidades nacionais competentes em matéria de Educação.

2.Qualquer adequação ou tolerância relativa ao estipulado no presente Acordo será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em três exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, ____ de _____ de 2016

Pelo Primeiro Outorgante,

(Hugo Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

(_____)

Pelo Terceiro Outorgante,

(_____)

ANEXO I

O presente anexo identifica o Agrupamento de Escolas e as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) a desenvolver na Escola _____, o horário semanal, o número de alunos, os espaços a aletar a cada atividade, o número de horas e os recursos docentes a aletar.

Agrupamento de Escolas de _____
ESCOLA: Escola Básica _____
Regime de Funcionamento da Escola: _____

Atividades:

AEC	Nº de Alunos				Local de Funcionamento	Nº horas por semana						Recursos Docentes/Horas		Horário de Funcionamento
	1º	2º	3º	4º		1º	2º	3º	4º	5º	6º	1º	2º	
Total														

1º - Recursos Docentes Internos do Agrupamento de Escolas
2º - Recursos Docentes a contratar

(Aprovado por maioria)

**ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO, TRIPARTIDO,
COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E AS IPSS
ANO LETIVO 2016/2017**

Minuta de Acordo de Colaboração e Cooperação, tripartido, a celebrar entre o Município de Odivelas, os Agrupamentos de Escolas e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular - AEC, nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, para o ano letivo de 2016/2017, na sequência da aprovação da proposta de funcionamento do referido Programa na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2016 e na 10.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas de 2016 (Boletins Municipais das Deliberações e Decisões n.º 12/2016 e n.º 13/2016, respetivamente), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7737, de 2016.07.28.

**“PROPOSTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E
COOPERAÇÃO**

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, define, entre outras, as regras a observar na oferta das **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)** no 1º ciclo do ensino básico, bem como o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação e Ciência no âmbito das mesmas atividades.

2. A referida portaria aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione o 1º ciclo do ensino básico.

3. No âmbito da portaria, consideram-se **AEC** as atividades que sejam de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.



4. As referidas atividades traduzem-se numa oferta obrigatória e de frequência gratuita, sendo a inscrição facultativa, e que se desenvolvem ao longo do ano letivo dirigidas aos alunos do 1º ao 4º ano do 1º ciclo do ensino básico público.

5. As atividades curriculares são obrigatoriamente organizadas em regime normal, podendo excecionalmente ocorrer em regime duplo, quando as instalações não permitam o funcionamento em regime normal, mais precisamente, quando o número de turmas constituídas for superior ao número de salas disponíveis.

6. Define a portaria que no recrutamento e contratação dos respetivos profissionais devem ser tidos em conta os recursos docentes de carreira existentes nos próprios agrupamentos de escolas para afetar às AEC, após o cumprimento do despacho normativo relativo à distribuição do serviço docente, conforme indicado na alínea a), número 2, do Artigo 16.º da mesma portaria.

7. Na planificação das AEC devem ser tidos em conta, os recursos existentes na comunidade, nomeadamente IPSS, associações culturais, entre outros.

8. Define ainda o Artigo 14.º da referida portaria que a entidade que seja promotora das AEC nos termos da alínea b) do Artigo 13.º (Autarquias locais) pode essa entidade constituir parcerias com as demais entidades nele referidas ou com outras entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, para a concretização das AEC, designadamente, para a seleção e recrutamento dos profissionais que venham a assegurar o desenvolvimento das atividades, mediante a celebração de um protocolo de colaboração, cujos termos constam no Artigo 15.º da portaria e terão de identificar as atividades de enriquecimento curricular a desenvolver, a duração semanal de cada atividade, o local ou locais de funcionamento, as responsabilidades e competências das partes, o número de alunos em cada atividade e os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC.

9. No âmbito da Clausula 3ª, do Contrato de Execução respeitante à Transferência de Competências para o Município em matéria de Educação, publicado no Diário da República N.º 28, 2ª Série, de 27 de outubro de 2009, o Município de Odivelas enquanto Entidade Promotora do Programa das AEC apresentará junto da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) os dados referentes à sua implementação, conforme definido no Artigo 21.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara

Municipal de Odivelas, **Hugo Martins** adiante designado por *PRIMEIRO OUTORGANTE*;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE _____, com sede na Escola _____, Rua _____, Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato representado pelo/a Senhor/a Diretor/a do Agrupamento, Professor/a _____, adiante designado por *SEGUNDO OUTORGANTE*;

e,

_____, **IPSS**, com sede na Rua _____ – _____, Pessoa Coletiva n.º _____ neste ato representado pelo/a Senhor/a Diretor/a, _____, adiante designado por *TERCEIRO OUTORGANTE*.

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente **Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação**, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir

Cláusula Primeira (Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as Partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, na(s) Escola(s) _____.

2. Os termos do presente Acordo no que se refere à identificação das atividades de enriquecimento curricular a desenvolver, a duração semanal de cada atividade, o local ou locais de funcionamento, as responsabilidades e competências das partes, o número de alunos em cada atividade e os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC constam do Anexo I, que dele faz parte integrante.

3. O Anexo I mencionado no ponto anterior poderá ser objeto de atualização sempre que tal se justifique.

Cláusula Segunda (Das Responsabilidades do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante responsabiliza-se por:

a) Elaborar e apresentar a proposta de candidatura ao Programa em questão, nos termos definidos pelos diplomas do Ministério da Educação e Ciência;

b) Proceder à transferência de verbas para o Terceiro Outorgante, tendo por base o apoio financeiro definido nos termos do Artigo 20.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, tendo por referência os dados constantes no



Anexo I ao presente Acordo, em três tranches sendo a primeira transferência realizada até ao dia 15 do mês de início do 1º período letivo/setembro 2016; a segunda transferência até ao dia 15 do mês do término do 1º período letivo/dezembro de 2016 e a terceira e última transferência, até ao dia 15 do mês de início do 3º período letivo /abril 2017;

c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Segundo e Terceiro Outorgantes, tendo em conta, as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida, o número de turmas a constituir, bem com os espaços físicos afetos ao programa;

d) Efetuar o acompanhamento da implementação, aplicação e resultados do Programa, em conjunto com o Segundo e Terceiro Outorgantes;

e) Monitorizar o processo de inventariação dos materiais e equipamentos adquiridos pelo Terceiro Outorgante, em conjunto com o Segundo Outorgante.

f) Analisar e aprovar a aquisição, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Segundo e o Terceiro Outorgantes;

g) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;

Cláusula Terceira (Das Responsabilidades do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante responsabiliza-se por:

a) Inventariar os recursos docentes de quadro, próprios do agrupamento de escolas, disponíveis para a realização de uma ou mais AEC, no sentido de estes serem obrigatoriamente afetos às AEC, nos termos do Artigo 16.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

b) Organizar os processos de inscrição dos alunos no Programa e desencadear os procedimentos inerentes à formação das turmas, em função da carga horária semanal, do local de funcionamento, bem como do número de alunos a frequentar cada atividade;

c) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Primeiro e Terceiro Outorgantes, tendo em conta as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida dentro dos limites da Portaria n.º 644-

A/2015, de 24 de agosto, o número de turmas a constituir, bem com os espaços físicos a afetar a cada atividade;

d) Planificar, supervisionar e acompanhar a programação das AEC, tendo por base o Projeto Educativo do respetivo Agrupamento de Escolas, garantindo a articulação de todos os componentes curriculares;

e) Elaborar a proposta de articulação pedagógica, em conformidade com os objetivos definidos no projeto educativo do agrupamento de escolas, o Plano Anual de Atividades do Estabelecimento de Ensino bem como outras diretrizes produzidas pelo Ministério da Educação e Ciência, submete-la à aprovação do Conselho Pedagógico e à deliberação do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas;

f) Colaborar com o Terceiro Outorgante na seleção, recrutamento e contratação dos professores para as AEC, em conformidade com as orientações da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que regula o Programa;

g) Efetuar o plano anual de supervisão pedagógica conforme definido no Regulamento Interno do agrupamento de escolas e acompanhar a avaliação do Programa em conjunto com a entidade promotora e a entidade parceira;

h) Efetuar a avaliação da implementação, aplicação e resultados do Programa, conjuntamente com o Primeiro e o Terceiro Outorgantes;

i) Referir em sede de Regulamento Interno as implicações das faltas às Atividades de Enriquecimento Curricular, nos termos do Artigo 8.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto;

j) Proceder ao inventário de todos os materiais/equipamentos adquiridos pelo Terceiro Outorgante no âmbito do programa das AEC dando conhecimento do mesmo ao Primeiro Outorgante.

k) Analisar e aprovar a aquisição, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, de bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Primeiro e o Terceiro Outorgantes;

l) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;



m) Facultar ao Ministério da Educação e Ciência, informação relativa ao perfil dos recursos docentes afetos às atividades de enriquecimento curricular, designadamente os respeitantes às habilitações literárias e qualificações profissionais;

n) Garantir a abertura e o fecho das instalações destinadas ao desenvolvimento das **AEC**, bem como colaborar na disponibilização dos recursos humanos para a vigilância dos recreios e limpeza das instalações, nos termos a definir entre as partes.

Cláusula Quarta
(Das Responsabilidades do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante responsabiliza-se por:

a) Selecionar e recrutar, em articulação com o Segundo Outorgante, os professores para as AEC, em conformidade com as orientações da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que regula o Programa;

b) Efetuar a gestão quotidiana das AEC em articulação com o Segundo Outorgante e garantir a substituição dos professores, no caso de ausência pontual ou continuada;

c) Assegurar a existência de um elemento de coordenação das AEC com a função de garantir o funcionamento regular do programa;

d) Participar na elaboração dos horários das AEC em conjunto com o Primeiro e Segundo Outorgantes, tendo em conta as atividades a desenvolver, a carga horária semanal definida, o número de turmas a constituir, os horários de cada atividade, bem como os espaços físicos afetos ao Programa;

e) Garantir a implementação do Programa de acordo com os horários semanais definidos em conjunto pelas partes e o local determinado para o funcionamento de cada atividade, tendo igualmente em conta, as orientações programáticas bem como outras diretrizes produzidas pelo Ministério da Educação e Ciência;

f) Efetuar o pagamento aos professores através das verbas transferidas pelo Primeiro Outorgante e elaborar mapas trimestrais de custos a enviar à Câmara Municipal de Odivelas no final de cada período letivo, tendo em conta o número de alunos a frequentar as AEC, a fim de se proceder aos eventuais acertos nos montantes das transferências subsequentes;

g) Apresentar documentos de quitação dos comprovativos dos valores pagos aos professores, ou cópia do contrato. No caso de se tratar de uma contratação de serviço, deverá a Entidade Gestora solicitar este comprovativo à entidade contratada;

h) Garantir que as verbas a transferir no âmbito do presente Acordo serão aplicadas no Programa de desenvolvimento das AEC, assumindo integral responsabilidade pela não utilização das referidas verbas para o fim a que se destinam;

i) Remeter ao Primeiro Outorgante, no final do 1º, 2º e 3º períodos letivos, relatório com a relação das despesas efetuadas, acompanhado de cópias digitalizadas das respetivas faturas ou recibos comprovativos das mesmas;

j) Colaborar na gestão dos recursos humanos afetos à vigilância dos recreios e limpeza das instalações, mediante a negociação prévia dos seus termos entre as partes;

k) Garantir que todos os materiais/equipamentos, que não sejam de desgaste rápido, adquiridos no âmbito do Programa das AEC, serão entregues à Coordenação da Escola, a qual terá a responsabilidade de os incluir em inventário próprio, dando conhecimento do mesmo ao Primeiro Outorgante;

l) Analisar e adquirir, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, os bens móveis/equipamentos e consumíveis que integrarão o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo, em articulação com o Primeiro e o Segundo Outorgantes;

m) Permitir, excecionalmente e nos termos a definir entre as partes, que os bens móveis/equipamentos que integram o imobilizado corpóreo, afeto a um estabelecimento educativo e adquiridos no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, possam ser utilizados pelas escolas que fazem parte do mesmo agrupamento de escolas, através de um registo escrito de controlo de utilização;

Cláusula Quinta
(Da Logística)

A lecionação das Atividades de Enriquecimento Curricular, no âmbito do mencionado Programa, far-se-á nos espaços previamente acordados entre o Primeiro e o Segundo Outorgantes.

Cláusula Sexta
(Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor após a publicação no Boletim Municipal e à data da sua assinatura, mantendo-se em vigor até ao dia de encerramento oficial do ano letivo 2016/2017.



Cláusula Sétima
(Disposições Finais)

1.No demais, este Acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas entidades nacionais competentes em matéria de Educação.

2.Qualquer adequação ou tolerância relativa ao estipulado no presente Acordo será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em três exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, ____ de ____ de 2016

Pelo Primeiro Outorgante,

(Hugo Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

(_____)

Pelo Terceiro Outorgante,

(_____)

ANEXO I

O presente anexo identifica o Agrupamento de Escolas e as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) a desenvolver na Escola _____, o horário semanal, o número de alunos, os espaços a alugar a cada atividade, o número de horas e os recursos docentes a alugar.

Agrupamento de Escolas de _____

ESCOLA: Escola Básica

Regime de Funcionamento da Escola: _____

Atividades: _____

AEC	Nº de Alunos				Local de Funcionamento	Nº horas por semana				Recursos Docentes/Horas				Horário de Funcionamento
	1º	2º	3º	4º		1º	2º	3º	4º	RP ¹	N2 Horas	RP ²	N2 Horas	
Total														

RP¹ – Recursos Docentes Internos de Agrupamento de Escolas
RP² – Recursos Docentes a contratar

(Aprovado por maioria)

GABINETE DE APOIO AO EMIGRANTE

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A DIREÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CONSULARES E COMUNIDADES PORTUGUESAS

Ratificação da assinatura do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, para a criação do Gabinete de Apoio ao Emigrante, que tem como destinatários os portugueses que estão emigrados, aqueles que regressaram e todos os que pretendam iniciar um processo migratório, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7902, de 2016.08.02.

“PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Elaborado ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro com as alterações constantes da Lei n.º 7-A/2016, de 30/03

Entre a

Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, com sede na Av. Infante Santo, n.º 42 – 1350-179 em LISBOA, pessoa coletiva número 600 014 576, adiante designada por DGACCP, aqui representada pelo Embaixador João Maria Cabral, na qualidade de Diretor – Geral, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros como primeiro outorgante;

e o

Município de Odivelas, pessoa coletiva número 504293125, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes – Paços do Concelho, em Odivelas, aqui representada pelo seu Presidente da Câmara, Hugo Manuel dos Santos Martins adiante designado segundo outorgante;

Considerando que a DGACCP tem por missão assegurar a efetividade e continuidade da ação do Ministério dos Negócios Estrangeiros nos domínios da atividade consular desenvolvida nos serviços periféricos externos e da realização da proteção consular, bem como na coordenação e execução da política de apoio à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro;

Considerando que a colaboração entre os dois órgãos, no apoio aos portugueses que pretendem emigrar, que ainda se encontrem nos países de acolhimento ou que já tenham regressado definitivamente a Portugal, permite e prossecução das respetivas atribuições;



Considerando que o perfil migratório de Portugal alterou-se de forma significativa, na última década, com a crescente mobilidade dos cidadãos, tendo como consequência o aumento expressivo dos fluxos emigratórios e a saída de cidadãos nacionais com mais qualificações;

Considerando que a maioria dos portugueses regressa à freguesia de onde partiram e que, desta forma, o envolvimento do Poder Local tem um papel decisivo e relevante na prossecução dos objetivos deste Protocolo de Cooperação;

Considerando que no Concelho de Odivelas sempre se verificou um elevado índice de emigração, facto com claros reflexos na sociedade e na economia local;

Considerando que a conjugação do poder económico da Diáspora e das potencialidades regionais poderá estimular um ambiente favorável aos negócios e investimentos da comunidade residente nos países de acolhimento, com desejável impacto no desenvolvimento local, cabendo aos órgãos da administração central proporcionar os meios adequados ao respetivo enquadramento e acompanhamento institucionais,

é celebrado, na presença do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Professor Doutor Augusto Santos Silva e do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Luís Pereira Carneiro, o presente Protocolo de Colaboração, nos termos constantes das seguintes cláusulas:

Clausula 1ª
Objeto

O presente Protocolo tem por objeto o estabelecimento de cooperação entre a DGACCP e o **Município de Odivelas**, nas áreas em que ambos os órgãos tenham manifesto interesse, nomeadamente:

1. Ações que apoiem os cidadãos que pretendam emigrar e dos que se encontrem a residir e a trabalhar nos países de acolhimento;
2. Ações que apoiem, incentivem e acompanhem os cidadãos que regressam com caráter definitivo ao país de origem;
3. Ações que garantam a divulgação de informação relevante para o exercício dos seus direitos e deveres;
4. Ações que, aproveitando o poder económico das Comunidades Portuguesas, associado às potencialidades oferecidas pela região, promovam projetos de investimento e desenvolvimento locais, em conjugação com o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID);

5. Ações que apoiem o associativismo e que promovam e favoreçam o conhecimento da cultura portuguesa.

Clausula 2ª
Competências

Compete aos dois outorgantes:

1. Promover em conjugação com outras entidades, nomeadamente com os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) existentes no **Município de Odivelas**, ações visando a informação aos cidadãos nacionais que pretendam trabalhar no estrangeiro, nomeadamente as previstas na campanha “Trabalhar no Estrangeiro”;
2. Colaborar com as entidades competentes, Ministério Público e Autoridade para as Condições de Trabalho, na fiscalização da atividade das entidades privadas, que, em território nacional, procedam à contratação de cidadãos nacionais para trabalhar no estrangeiro;
3. Promover e colaborar em ações que apoiem, incentivem e acompanhem o retorno de cidadãos nacionais dos países de acolhimento, facilitando a reintegração social e profissional;
4. Colaborar, nas respetivas áreas de atuação, nas ações de apoio a repatriações e nas ações de apoio a cidadãos nacionais expulsos;
5. Colaborar, nas respetivas áreas de atuação, nas ações de apoio a cidadãos nacionais detidos ou condenados nos países de acolhimento, bem como de apoio aos familiares em território nacional;
6. Colaborar, nas respetivas áreas de atuação nas ações de apoio a menores de nacionalidade portuguesa em situação de risco e respetivos familiares em interação com as Comissões de proteção de crianças e jovens existentes no **Município de Odivelas**;
7. Potenciar a natureza do GAID enquanto eixo funcional e interativo, facilitador de contactos e informação útil aos agentes económicos das comunidades portuguesas com vocação para investir em Portugal.

Cláusula 3ª
Compromissos da DGACCP

A DGACCP compromete-se a:

1. Dar formação profissional aos trabalhadores destacados pelo **Município de Odivelas** para o Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE);
2. Prestar apoio técnico continuado aos trabalhadores acima referidos;



3. Disponibilizar a documentação necessária à prossecução dos definidos;

4. Dar resposta a todo o expediente encaminhado pelo **Município de Odivelas**;

5. Manter uma disponibilidade permanente com o **Município de Odivelas**, mediante a progressiva criação de sistemas de comunicação próprios;

6. Divulgar a existência dos GAE e GAID junto das Comunidades Portuguesas, através da estrutura diplomática, consular e associativa.

Cláusula 4ª

Compromissos do Município de Odivelas

O **Município de Odivelas** compromete-se a:

1. Encontrar um espaço físico digno e de fácil acessibilidade para a criação e manutenção de uma estrutura de apoio ao cidadão emigrante, denominada – GAE de Odivelas;

2. Afetar um funcionário, com a categoria de Técnico Superior, para Coordenação do GAE;

3. Afetar, pelo menos, um funcionário ao GAE, com formação adequada, para que sejam prestadas as respostas mais convenientes às solicitações dos cidadãos emigrantes;

4. Prestar toda a colaboração solicitada pelos funcionários da DGACCP;

5. Proceder à divulgação da existência do GAE e GAID e respetivas iniciativas no *site* da câmara municipal, nas juntas de freguesia e outras entidades públicas e privadas existentes no município;

6. Colaborar com o GAID no apoio ao investimento, designadamente assegurando a informação adequada para a concretização dos negócios em Portugal e facilitando o contacto entre investidores e entidades nacionais;

7. Divulgar no GAE e, em estreita relação com o GAID, os diversos programas de apoio e incentivo à competitividade, à atividade empresarial, visando o reforço da inovação, do empreendedorismo, do investimento das Comunidades Portuguesas, bem como a sua divulgação junto das Juntas de Freguesia, e das Entidades Associativas nos países de acolhimento;

8. Garantir que todas as situações que cheguem ao GAE terão o devido tratamento e encaminhamento técnico, a partir de um sistema de gestão processual assente na ótica de “gestão de cliente” e de uma postura pró-ativa e corresponsável, com vista à integral resolução das mesmas;

9. Divulgar as diversas ofertas turísticas como valorização do território, proporcionando também novos hábitos de ocupação do período de férias da comunidade não residente, captando eventualmente novos investimentos neste sector de atividade.

Cláusula 5ª

Duração e denúncia

O presente Protocolo vigorará a partir da data da sua assinatura e pelo prazo de três anos, renovando-se por igual período de tempo e cessando por denúncia de qualquer das partes, mediante aviso prévio, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência de 90 dias.

Cláusula 6ª

Confidencialidade

Obrigatoriedade de confidencialidade das partes no tratamento de todas as e informações que não sejam do conhecimento público, e que tenham tido acesso, ao abrigo do presente Protocolo de cooperação. Obrigam-se, ainda, a utilizá-las, única e exclusivamente para efeitos de execução do mesmo, abstendo-se, independentemente dos fins, de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros.

Odivelas, aos 27 dias do mês de julho de 2016.

PL'O Primeiro Outorgante

Segundo Outorgante

_____”

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS - PAMO ÉPOCA DESPORTIVA 2015/2016 COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA – MEDIDA I

Atribuição de um apoio financeiro aos clubes/coletividades desportivas, no valor global de 26.801,07€ (vinte e seis mil, oitocentos e um euros e sete cêntimos), no âmbito das candidaturas ao PAMO (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), Medida I -Atividade Regular - eixo do Desporto, relativamente à atividade desenvolvida na época desportiva de 2015/2016, contemplando vinte e duas candidaturas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8081, de 2016.08.05.

Valores a atribuir no âmbito das medidas I e II:

Clube	Valor a atribuir PAMO - 2015/2016		Total
	Medida I	Medida II	
Academias de Karate Wado Ryu	512,57 €	0 €	512,57 €
Associação Cultural Social e Desportiva da Arroja	500,00 €	61,09 €	561,09 €
Associação Sócio Cultural do Vale Grande	395,20 €	0 €	395,20 €
Centro Escolar Republicano Tenente Valdez	1.545,40 €	0 €	1.545,40 €
Centro Karaté-Do Shotokan Odivelas	3.000,00 €	0 €	3.000,00 €
Clube Académico de Odivelas	790,00 €	995,79 €	1.785,79 €
Clube Atlético e Cultural	2.521,15 €	2.116,50 €	4.637,65 €
Clube Atlético das Patameiras	1.326,25 €	0 €	1.326,25 €
Club Desporto Jardim da Amoreira	785,00 €	1.500,00 €	2.285,00 €
Clube Futebol Metodologia TOCOF	882,40 €	0 €	882,40 €
Famões Clube Atlético	620,00 €	232,60 €	852,60 €
Ginásio Clube de Odivelas	2.177,50 €	622,11 €	2.799,61 €
Grupo Desportivo dos Bons Dias	1.667,50 €	0 €	1.667,50 €
Grupo Recreativo e Cultural Presa Casal do Rato	1.652,50 €	0 €	1.652,50 €
Grupo Recreativo de Olival Basto	470,00 €	0 €	470,00 €
Judo Clube de Odivelas	829,60 €	0 €	829,60 €
Odivelas Basket Clube	1.382,50 €	201,72 €	1.584,22 €
Póvoa de Santo Adrião AC	555,00 €	375,00 €	930,00 €
Privilégio Brave Boxing Club	737,60 €	1.734,00 €	2.471,60 €
Sociedade Musical e Desportiva de Caneças	2.257,50 €	0 €	2.257,50 €
Ténis Clube Póvoa Santo Adrião	698,40 €	0 €	698,40 €
União Desportiva e Recreativa de Santa Maria	1.495,00 €	0 €	1.495,00 €
Total	26.801,07 €	7.838,81 €	34.639,88 €

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS - PAMO
ÉPOCA DESPORTIVA 2015/2016
COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - MEDIDA II**

Atribuição de um apoio financeiro aos clubes/coletividades desportivas, no valor global de 7.838,80€ (sete mil, oitocentos e trinta e oito euros e oitenta centimos), no âmbito das candidaturas ao PAMO (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), Medida II - Aquisição de Bens, Serviços, Equipamentos e Viaturas - eixo do Desporto, relativamente à atividade desenvolvida na época desportiva de 2015/2016, contemplando nove candidaturas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8081, de 2016.08.05.

Valores a atribuir no âmbito das medidas I e II:

Clube	Valor a atribuir PAMO - 2015/2016		Total
	Medida I	Medida II	
Academias de Karate Wado Ryu	512,57 €	0 €	512,57 €
Associação Cultural Social e Desportiva da Arroja	500,00 €	61,09 €	561,09 €
Associação Sócio Cultural do Vale Grande	395,20 €	0 €	395,20 €
Centro Escolar Republicano Tenente Valdez	1.545,40 €	0 €	1.545,40 €
Centro Karaté-Do Shotokan Odivelas	3.000,00 €	0 €	3.000,00 €
Clube Académico de Odivelas	790,00 €	995,79 €	1.785,79 €
Clube Atlético e Cultural	2.521,15 €	2.116,50 €	4.637,65 €

Clube Atlético das Patameiras	1.326,25 €	0 €	1.326,25 €
Club Desporto Jardim da Amoreira	785,00 €	1.500,00 €	2.285,00 €
Clube Futebol Metodologia TOCOF	882,40 €	0 €	882,40 €
Famões Clube Atlético	620,00 €	232,60 €	852,60 €
Ginásio Clube de Odivelas	2.177,50 €	622,11 €	2.799,61 €
Grupo Desportivo dos Bons Dias	1.667,50 €	0 €	1.667,50 €
Grupo Recreativo e Cultural Presa Casal do Rato	1.652,50 €	0 €	1.652,50 €
Grupo Recreativo de Olival Basto	470,00 €	0 €	470,00 €
Judo Clube de Odivelas	829,60 €	0 €	829,60 €
Odivelas Basket Clube	1.382,50 €	201,72 €	1.584,22 €
Póvoa de Santo Adrião AC	555,00 €	375,00 €	930,00 €
Privilégio Brave Boxing Club	737,60 €	1.734,00 €	2.471,60 €
Sociedade Musical e Desportiva de Caneças	2.257,50 €	0 €	2.257,50 €
Ténis Clube Póvoa Santo Adrião	698,40 €	0 €	698,40 €
União Desportiva e Recreativa de Santa Maria	1.495,00 €	0 €	1.495,00 €
Total	26.801,07 €	7.838,81 €	34.639,88 €

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS - PAMO
ÉPOCAS DESPORTIVAS 2015/2016 E 2016/2017
APOIO EXTRAORDINÁRIO FINANCEIRO**

Atribuição de um apoio extraordinário financeiro aos clubes/coletividades desportivas, a atribuir em duas tranches e que consiste na majoração de 50% sobre a comparticipação financeira a atribuir no âmbito das candidaturas ao PAMO (Programa de Apoio Municipal de Odivelas) - Medida I - eixo do Desporto, apresentadas nas épocas desportivas de 2015/2016 e 2016/2017, relativa à época desportiva 2014/2015 (nesta época não foi atribuído qualquer apoio financeiro aos clubes/coletividades desportivas). O apoio referente à primeira tranche (época desportiva de 2015/2016) corresponde ao valor de 10.650,54€ (dez mil, seiscentos e cinquenta euros e cinquenta e quatro centimos) e contempla vinte e dois clubes/coletividades desportivas (50% de 21.301,07€), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8081, de 2016.08.05.

Valores a atribuir no âmbito do Apoio Extraordinário:

Clube	Medida I	Apoio Extraordinário
	Valor da Comparticipação financeira anual variável a atribuir	Valor da Majoração (50%)
Academias de Karate Wado Ryu	262,57 €	131,29 €
Associação Cultural Social e Desportiva da Arroja	250,00 €	125,00 €
Associação Sócio Cultural do Vale Grande	145,20 €	72,60 €
Centro Escolar Republicano Tenente Valdez	1.295,40 €	647,70 €
Centro Karaté-Do Shotokan Odivelas	2.750,00 €	1.375,00 €
Clube Académico de Odivelas	540,00 €	270,00 €
Clube Atlético e Cultural	2.271,15 €	1.135,58 €
Clube Atlético das Patameiras	1.076,25 €	538,13 €
Club Desporto Jardim da Amoreira	535,00 €	267,50 €



Clube Futebol Metodologia TOCOF	632,40 €	316,20 €
Famões Clube Atlético	370,00 €	185,00 €
Ginásio Clube de Odivelas	1.927,50 €	963,75 €
Grupo Desportivo dos Bons Dias	1.417,50 €	708,75 €
Grupo Recreativo e Cultural Presa Casal do Rato	1.402,50 €	701,25 €
Grupo Recreativo de Olival Basto	220,00 €	110,00 €
Judo Clube de Odivelas	579,60 €	289,80 €
Odivelas Basket Clube	1.132,50 €	566,25 €
Póvoa de Santo Adrião AC	305,00 €	152,50 €
Privilégio Brave Boxing Club	487,60 €	243,80 €
Sociedade Musical e Desportiva de Caneças	2.007,50 €	1.003,75 €
Ténis Clube Póvoa Santo Adrião	448,40 €	224,20 €
União Desportiva e Recreativa de Santa Maria	1.245,00 €	622,50 €
Total	21.301,07 €	10.650,54 €

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS - PAMO
ÉPOCAS DESPORTIVAS 2015/2016
MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA – MEDIDA I**

Minuta de Contrato Programa, a celebrar de modo individualizado, entre o Município de Odivelas e cada uma das entidades beneficiárias, no âmbito das candidaturas ao PAMO (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), Medida I - Atividade Regular - eixo do Desporto, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8081, de 2016.08.05.

**CONTRATO PROGRAMA
MEDIDA I – ATIVIDADE REGULAR**

“INTRODUÇÃO

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

Também pela sua proximidade com as populações, as Autarquias Locais, encontram-se bem posicionadas quanto à definição e aplicação de medidas que contribuam para estimular e apoiar o Associativismo Desportivo.

Reconhece-se que os clubes/associações desportivas constituem a célula base do desenvolvimento desportivo local, enquanto importantes pólos dinamizadores da prática desportiva, desempenhando, deste modo, uma importante função social.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Odivelas, através da Divisão de Desenvolvimento Desportivo (DDD),

pretende dotar as associações/clubes desportivos, com meios e recursos financeiros que permitam viabilizar a sua actividade regular e facilitar a concretização de projectos e iniciativas de interesse comunitário.

Nesta conformidade, considera a Câmara Municipal de Odivelas que os apoios consignados no presente contrato, de modo transparente e eficiente, em coerência com os seus objectivos e em consonância com o ordenamento jurídico sobre esta matéria, contribuem para o estabelecimento de um clima de confiança e relacionamento institucional e conferem, também, à entidade beneficiária responsabilidades acrescidas, não só para com os seus associados, mas também em relação à comunidade desportiva concelhia.

O (identificação do clube/coletividade desportiva) é uma coletividade desportiva sem fins lucrativos, com sede social na Freguesia de xxxxxxxxxxxx, Concelho de Odivelas, cujos estatutos foram aprovados e publicados no Diário da República xxxxxxxx, de xxxxxxxx.

Trata-se de uma das colectividades do Concelho de Odivelas, que promove o Desporto através da modalidade de xxxxxxxxxxxx, movimentando xxxx atletas federados, distribuídos por vários escalões etários.

Assim, entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa colectiva n.º 504 293 125, neste acto representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

e

(Identificação do clube/coletividade desportiva), coletividade desportiva sem fins lucrativos com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa coletiva n.º xxxxxxxxxxxx, aqui representado por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado por Segundo Outorgante.

É livremente acordado e reduzido a escrito o presente contrato, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), tendo em vista o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho de Odivelas, nos termos do n.º 6 do artigo 9.º do respetivo regulamento, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira
(Objecto)**

O presente Contrato Programa destina-se a regular a atribuição de uma comparticipação financeira por parte da Câmara Municipal de Odivelas ao (identificação do



clube/coletividade desportiva), com enquadramento no PAMO – Programa de Apoio Municipal de Odivelas.

Cláusula Segunda
(Comparticipação Financeira)

Para o cumprimento do Contrato Programa, o Primeiro Outorgante compromete-se a conceder ao Segundo Outorgante, uma participação financeira no valor global de xxxxxxxxxxxx € (xxxxxxxxxxxxxxxx), como medida de apoio ao desenvolvimento da atividade desportiva.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante compromete-se a:

1. Participar financeiramente, nos termos da cláusula segunda, disponibilizando a verba ali referida, após assinatura do presente contrato.
2. Acompanhar e controlar a execução do Contrato-Programa, nos termos do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e o Dec. Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro – Regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo).

Cláusula Quarta
(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante compromete-se a:

1. Realizar as seguintes atividades:
 - a) Manter em atividade a modalidade desportiva de xxxxxx;
 - b) Participar regularmente nas provas oficiais correspondentes a cada escalão etário em funcionamento no clube, nos diferentes níveis de competição;
2. Colaborar com o Primeiro Outorgante na concretização da política de desenvolvimento desportivo, sempre que para tal for solicitado, em especial nos seguintes domínios:
 - a) Promoção de ações e desenvolvimento de projectos, disponibilizando os seus recursos humanos (técnicos, atletas, dirigentes e demais colaboradores), na medida das possibilidades;
 - b) Disponibilização de informação complementar, designadamente relacionada com a caracterização da situação desportiva do Concelho – Carta Desportiva;
 - c) Organização conjunta de torneios de abertura nas modalidades com tradição no clube.

3. Manter regularizada a situação contributiva perante o fisco e a segurança social;

4. Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado;

5. Apresentar o Relatório e Contas e Relatório de Atividades.

Cláusula Quinta
(Vigência)

O presente contrato vigora a partir da data da sua celebração e é válido para a época desportiva de xxxxxx.

Cláusula Sexta
(Resolução)

1. O não cumprimento por parte do segundo Outorgante das cláusulas constantes do presente contrato, possibilita ao Primeiro Outorgante resolver o mesmo, necessitando para tal de notificar o segundo Outorgante da sua intenção, com uma antecedência de pelo menos 30 dias;
2. No caso previsto no número anterior, fica o Segundo Outorgante obrigado à devolução das quantias já recebidas, de modo proporcional, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recepção da notificação de resolução do Contrato.

Odivelas, de _____ de xxxx

O Presidente da
Câmara Municipal de Odivelas

O Presidente da Direção do/a
(nome do clube/coletividade
desportiva)

Hugo Manuel dos Santos Martins

(nome)''

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS - PAMO
ÉPOCAS DESPORTIVAS 2015/2016
MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA - APOIO EXTRAORDINÁRIO**

Minuta de Contrato Programa, a celebrar de modo individualizado, entre o Município de Odivelas e cada uma das entidades beneficiárias, no âmbito das candidaturas ao PAMO (Programa de Apoio Municipal de Odivelas), - Apoio Extraordinário - eixo do Desporto, de acordo com o proposto na informação n.º Interno 2016/8081, de 2016.08.05.

Alteração à Minuta do Contrato Programa - Apoio Extraordinário, alteação proposta no decorrer da discussão deste ponto na presente reunião, na sua página 2, cláusula primeira, na qual, onde se lê "...no âmbito da



Medida I...”, deverá ler-se “...no âmbito da comparticipação financeira anual variável da Medida I...”.

CONTRATO PROGRAMA APOIO EXTRAORDINÁRIO

“Considerando que:

-A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas;

-Pela sua proximidade com as populações, as Autarquias Locais, encontram-se bem posicionadas quanto à definição e aplicação de medidas que contribuam para estimular e apoiar o Associativismo Desportivo;

-Os clubes/coletividades desportivas constituem a célula base do desenvolvimento desportivo local, enquanto importantes polos dinamizadores da prática desportiva, desempenhando, deste modo, uma importante função social;

-Devido à revisão e reestruturação dos programas municipais de apoio ao associativismo, cuja elaboração e aprovação por parte dos órgãos competentes era espectável estar concluída até ao final do ano de 2014, o que não se verificou, não foi atribuído qualquer apoio financeiro aos clubes/coletividades desportivas referente à época desportiva de 2014/2015;

Assim, entre:

Município de Odivelas, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

e

(Identificação do clube/coletividade desportiva), coletividade desportiva sem fins lucrativos com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa coletiva n.º xxxxxxxxxxxx, aqui representado por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado por Segundo Outorgante.

Celebra-se o presente Contrato Programa, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira (Objecto)

Constitui objeto do presente Contrato Programa a atribuição de um apoio extraordinário financeiro, sob forma de majoração de 50%, sobre o valor a conceder a

cada clube/coletividade desportiva, resultado da análise às candidaturas efetuadas no âmbito da comparticipação financeira anual variável da Medida I (atividade Regular) do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), nas épocas desportivas de 2015/2016 e 2016/2017.

Cláusula Segunda (Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira no valor de xxxxxx € (xxxxx), correspondente a 50% do montante de xxxxxx € (xxxxx) resultado da comparticipação financeira atribuída ao clube no âmbito da Medida 1 do PAMO (época desportiva de 2015/2016).

Cláusula Terceira (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante compromete-se a:

1. Realizar as seguintes atividades:

a) Manter em atividade a modalidade desportiva de xxxxxx;

b) Participar regularmente nas provas oficiais correspondentes a cada escalão etário em funcionamento no clube, nos diferentes níveis de competição;

2. Colaborar com o Primeiro Outorgante na concretização da política de desenvolvimento desportivo, sempre que para tal for solicitado, em especial nos seguintes domínios:

a) Promoção de ações e desenvolvimento de projetos, disponibilizando os seus recursos humanos (técnicos, atletas, dirigentes e demais colaboradores), na medida das possibilidades;

b) Disponibilização de informação complementar, designadamente relacionada com a caracterização da situação desportiva do Concelho – Carta Desportiva;

c) Organização conjunta de torneios de abertura nas modalidades com tradição no clube.

3. Manter regularizada a situação contributiva perante o fisco e a segurança social;

4. Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado;

5. Apresentar o Relatório e Contas e Relatório de Atividades.

Cláusula Quinta (Vigência)

O presente contrato vigora a partir da data da sua celebração e é válido para a época desportiva de 2015/2016.



Cláusula Sexta
(Resolução)

1. O não cumprimento por parte do Segundo Outorgante das cláusulas constantes do presente contrato, possibilita ao Primeiro Outorgante resolver o mesmo, necessitando para tal de notificar o Segundo Outorgante da sua intenção, com uma antecedência de pelo menos 30 dias;

2. No caso previsto no número anterior, fica o Segundo Outorgante obrigado à devolução das quantias já recebidas, de modo proporcional, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de receção da notificação de resolução do Contrato.

Odivelas, xxxxx de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

O Presidente da
Câmara Municipal de Odivelas

Hugo Manuel dos Santos Martins

O Presidente da Direção do/a
(nome do clube/coletividade
desportiva)

(nome)''

(Aprovado por unanimidade)

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SAÚDE MENTAL DE ODIVELAS
AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS**

Ratificação da autorização para a realização de obras de reparação e conservação a cargo da Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas, nas suas instalações sitas na Rua António Laureano, em Odivelas, nos termos do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado no dia 12 de agosto de 2016, na etapa 12 do edoc/2016/42765, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8416, de 2016.08.17.

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA CLUBE DO MOVIMENTO
AUMENTO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
ÉPOCA 2016/2017**

Aumento do valor pago pela utilização de infraestruturas para €4.50 (quatro euros e cinquenta cêntimos), no âmbito do Programa Clube do Movimento, para a época 2016/2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7783, de 2016.07.29.

Quadro de custos para a época 2016/2017

com o aumento de mais uma aula de dança na Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião

Entidade	Horas de utilização semanais	Cálculo	Valor hora – 4,50€ (proposta)		
			Valor mensal por entidade	Valor época (10 meses) por entidade	Valor total por época
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caneças	4,5	Horas de utilização semanais x 4,50€ x 4 semanas	81,00€	810,00€	5.535,00€
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Póvoa de Santo Adrião	15		270,00€	2.700,00€	
Grupo Desportivo Bons Dias	8,25		148,50€	1.485,00€	
Associação Melhoramentos Vale Pequeno	2,25		40,50€	405,00€	
Obra Imaculada Conceição e Santo António	0,75		13,50€	135,00€	

(Aprovado por unanimidade)

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal



**PROGRAMA CLUBE DO MOVIMENTO
ACORDO DE COOPERAÇÃO**

Minuta de Acordo de Cooperação entre o Município de Odivelas e as entidades, no âmbito do Programa Clube do Movimento, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7783, de 2016.07.29.

“Minuta

**Acordo de Cooperação entre o Município de Odivelas
e a/o
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Preâmbulo

Considerando que:

-A atual sociedade, faz com que estejamos diariamente sob pressão biológica e/ou psicológica;

-A prática desportiva, mais especificamente as chamadas atividades de lazer, além de ajudar na atenuação destas pressões, também constituem um importante fator de socialização, apelando ao sentido de entreatada e cooperação entre os praticantes;

-Estes benefícios reforçam e sublinham a importância da atividade física desde a infância até à terceira idade, importância esta que conduziu inclusive à sua consagração na Constituição da República enquanto direito de todos os cidadãos;

-A procura de atividades no âmbito do exercício físico pela população com 60 anos ou mais é cada vez mais crescente;

-Se pretende promover uma política de proximidade, no âmbito do programa Clube do Movimento;

-São parcos os espaços municipais cobertos para a realização de atividades de grupo.

É celebrado o presente Acordo de Cooperação entre:

-Município de Odivelas, pessoa coletiva número 504 293 125, representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins, doravante designado como primeiro outorgante;

-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa coletiva número XXX XXX XXX, representada pelo/a seu/sua Presidente, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designado como segundo outorgante.

Que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira
(Objeto)**

O presente acordo tem por objeto a cedência de utilização da infraestrutura, denominada de XXXXXXXX, por parte do Segundo Outorgante à Câmara Municipal de Odivelas, para o funcionamento das atividades inerentes ao programa denominado Clube do Movimento – Desporto Sénior.

**Cláusula Segunda
(Horário de Cedência)**

1. As aulas, objeto deste Acordo, terão lugar X dia(a) por semana, X aulas por dia, com a duração de 45 minutos por aula, a decorrer entre os meses de setembro e junho inclusive.

2. Em caso de aumento do número de inscritos nas atividades do Programa Clube do Movimento – Desporto Sénior, os períodos de cedência referidos no número anterior poderão ser aumentados por acordo entre os outorgantes, devendo essa alteração ser anexada ao presente Acordo, do qual passará a fazer parte integrante.

**Cláusula Terceira
(Do Primeiro Outorgante)**

1. O primeiro outorgante obriga-se a:

a)Atribuir, no final da época decorrente, a partir da data de assinatura do presente Acordo, uma comparticipação financeira ao segundo outorgante, a título de compensação, pela utilização do espaço referido na Cláusula Primeira (Objeto), correspondendo a cada hora, o valor de 4,50 € (quatro euros e cinquenta cêntimos);

b)Garantir o funcionamento da atividade nos dias e horários acordados;

c)Manter em cada dia de atividade as instalações nas condições em que se encontram, comunicando ao segundo outorgante quaisquer anomalias;

d)Zelar pela segurança dos utentes no interior das instalações, no período da realização da atividade;

e)Assegurar o corpo técnico para a lecionação da atividade;

f)Realizar um contrato de seguro que cubra os riscos de acidentes pessoais dos utentes inerentes às atividades aí desenvolvidas no âmbito do Programa Clube do Movimento – Desporto Sénior;

g)Garantir e assegurar o controlo de admissão e frequência nas instalações dos(as) utentes, na(s) atividade(s), bem como, exigir impreterivelmente um termo de responsabilidade assinado pelo(a) utente, que



assegura não ter quaisquer contraindicações para a prática de atividade física;

h) Cumprir com as indicações do segundo outorgante de utilização do espaço;

2. O valor inscrito na alínea a) do número um será revisto anualmente em janeiro, em função do Índice de Preços no Consumidor;

Cláusula Quarta
(Do Segundo Outorgante)

O segundo outorgante, obriga-se a:

a) Ceder, nos termos da cláusula Segunda, ao primeiro outorgante a utilização da referida infraestrutura;

b) Manter as instalações em boas condições de higiene;

c) Aceitar a comparticipação financeira do primeiro outorgante nos termos descritos na cláusula anterior.

Cláusula Quinta
(Período de Vigência)

1. Sem prejuízo de eventual revisão, este Acordo de Cooperação é válido por um ano a contar da data da sua assinatura;

2. O presente Acordo considera-se automaticamente renovado, se nenhum dos outorgantes o denunciar, por escrito, com sessenta (60) dias de antecedência em relação ao seu termo.

Cláusula Sexta
(Casos Omissos)

Todos os casos omissos serão resolvidos pontualmente, de comum acordo entre os outorgantes.

O presente acordo foi celebrado em Odivelas, no dia ____ de _____ de 2016, contendo 4 (quatro) páginas de dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada outorgante.

1.º Outorgante
O PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
ODIVELAS

(Hugo Martins, Dr.)

2.º Outorgante
O/A PRESIDENTE
DA/O XXXXXXXXXXXXX

(XXXXXXXXXXXXXXXXXX,XX.)”

(Aprovado por unanimidade)

**GRUPO DE JOVENS MARIANOS DA PARÓQUIA DE ODIVELAS
APOIO**

Aquisição de cento e trinta e nove t-shirts, no valor total previsto de €600,00 (seiscentos euros) com IVA incluído, para apoiar os participantes do Grupo de Jovens Marianos da Paróquia de Odivelas numa peregrinação a pé a Fátima, que irá ocorrer entre os dias 6 e 11 de setembro de 2016, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8012, de 2016.08.04.

(Aprovado por maioria)

**GINÁSIO CLUBE DE ODIVELAS
APOIO EXTRAORDINÁRIO**

Atribuição de uma comparticipação financeira ao Ginásio Clube de Odivelas, sob a forma de apoio extraordinário, no valor de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), no âmbito da deslocação a Itália da comitiva da equipa de patinagem artística OST (Olaio Show Team) do Ginásio Clube de Odivelas, tendo em vista a sua participação, em outubro de 2016, no Campeonato do Mundo de Show e Precisão, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/8099, de 2016.08.05 e nos termos da minuta de Contrato Programa anexa à informação acima referida.

**“Contrato Programa
Ginásio Clube de Odivelas
Agosto de 2016**

Considerando que:

a) A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas.

b) Também pela sua proximidade com as populações, as Autarquias Locais, encontram-se bem posicionadas quanto à definição e aplicação de medidas que contribuam para estimular e apoiar o Associativismo Desportivo.

c) Reconhece-se que os clubes/associações desportivas constituem a célula base do desenvolvimento desportivo local, enquanto importantes pólos dinamizadores da prática desportiva, desempenhando, deste modo, uma importante função social.

d) Neste contexto, a Câmara Municipal de Odivelas, através da Divisão de Desenvolvimento Desportivo, pretende colaborar sempre que possível, com as associações/clubes desportivos, através de apoios financeiros que permitam viabilizar a realização de benfeitorias em instalações desportivas.



Em face do exposto e dando cumprimento a este desiderato celebra-se o presente Contrato Programa, nos seguintes termos:

Entre,

Município de Odivelas, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

e

Ginásio Clube de Odivelas, coletividade desportiva sem fins lucrativos com sede na Rua Tomás José Olaio - Odivelas, pessoa coletiva n.º 500803692, aqui representado por José Amoedo Pereira, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado por Segundo Outorgante.

Que celebram de boa-fé e livre vontade e que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira
(Objecto)

Constitui objeto do presente Contrato Programa a comparticipação nas despesas de representação da equipa de OST (patinagem artística) do Ginásio Clube de Odivelas (GCO), no Campeonato do Mundo de Show e Precisão, que decorrerá em Itália de 06 a 08 de outubro de 2016.

Cláusula Segunda
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante contribui nas despesas de representação da equipa de OST (patinagem artística) do GCO no Campeonato do Mundo de Show e Precisão, conforme mencionado na Cláusula Primeira, objeto do presente Contrato Programa, no montante de **2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)**, a afetar ao projeto A/54/2016 – 2605/04070102 (Apoio Extraordinário ao Associativismo – Transferências Correntes).

Cláusula Terceira
(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. O Segundo Outorgante obriga-se a participar na competição desportiva identificada na cláusula primeira.
2. O Segundo Outorgante, obriga-se ainda, à apresentação de cópia das faturas das despesas efetuadas e previstas no orçamento apresentado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da realização da competição.

Odivelas, xxx de xxxxxxxx de 2016

O Presidente da
Câmara Municipal de Odivelas

O Presidente da Direção do
Ginásio Clube de Odivelas

Hugo Manuel dos Santos Martins

(José Amoedo Pereira)''

(Aprovado por unanimidade)

**CELEBRAÇÃO DO DIA MUNDIAL DO CORAÇÃO
ADESÃO E APOIO**

Adesão e apoio anuais da Câmara Municipal de Odivelas à comemoração do Dia Mundial do Coração, a convite da Fundação Portuguesa de Cardiologia, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/7816, de 2016.07.29 e nos termos das “Condições da Adesão”, anexas a essa informação.

Excerto da informação n.º Interno/2016/7816:

“III- Desenvolvimento

A Fundação Portuguesa de Cardiologia (FPC), pretende mobilizar a população portuguesa para a participação em atividades físicas e desportivas, promovidas pelas câmaras municipais e por outras entidades locais.

A iniciativa proposta foi idealizada pela “World Heart Federation” que pretende envolver diversas entidades de caráter local para celebrarem o Dia Mundial do Coração, mobilizando a população para momentos de atividade(s) física(s) e/ou desportivas durante duas horas, finalizado com a formação de um coração humano, com todas as pessoas participantes.

III.1 População Alvo:

Esta atividade será alargada a todas/os cidadãs/os independentemente da idade e género, por forma a motivar a população a “Mexer-se”, reforçando objetivamente a necessidade da prática de atividades físicas para uma vida mais saudável, através da adoção de estilos de vida saudáveis.

III.2 Regulamento (Condições de Adesão da FPC, em anexo):

Para a adesão da Câmara Municipal de Odivelas a esta iniciativa, tem de ser realizada a sua inscrição através do sítio da Fundação Portuguesa de Cardiologia, obrigando-se a cumprir as seguintes condições:

-Criar um Comité Técnico Local (CTL), coordenado por um representante da CMO e um responsável técnico de cada entidade envolvida localmente (autarquia/clubes/outras);



-O CTL é responsável pela operacionalização da atividade ao nível local e pelo envio do Relatório da Ação até 31 de outubro incluindo com um fim meramente documental o registo fotográfico da atividade com a formação do coração para disponibilizar na página oficial de internet e página facebook da entidade promotora;

-O Evento será supervisionado pela Câmara Municipal, que não tem de ser necessariamente a organizadora;

-A Câmara Municipal é livre de organizar mais do que uma atividade no dia e tempo mínimo já referido;

-As condições de proteção e segurança dos/as participantes têm que estar garantidas, incluindo seguro (nos termos do DL n.º 146/93, de 26 de abril) e serviços médicos e/ou paramédicos adequados ao tipo de atividades a realizar;

-Em todas as atividades que realize, o CTL deve garantir a partida um número mínimo de pessoas (de um clube por exemplo) cujo principal papel deverá estimular a participação da população, provocando o efeito de “junte-se a nós”;

-A inscrição de cada município deverá ser submetida no início de setembro, em dia anualmente indicado (este ano a 9 de setembro), através do preenchimento do Programa de Atividades e de um formulário também próprio e disponível online no link: <http://www.fpcardiologia.pt/atividades/dia-mundial-do-coracao/camaras-municipais/>.

Para preenchimento do formulário da inscrição são necessários os seguintes elementos:

- Identificação da Câmara Municipal (Nome da Câmara Municipal, Morada, Código Postal, Localidade, Distrito);
- Comité Técnico Local (Nome do Coordenador, email, telefone, telemóvel);
- Membros do Comité Técnico Local (Nome, Entidade que representa);
- Outras Informações (Medida definitiva a implementar no concelho);
- Seguro da(s) Atividade(s) (N.º de Apólice e Empresa Seguradora);
- Anexar o Programa de Atividades para o Dia Mundial do Coração com o conhecimento e aceitação das condições.

A título de exemplo a Fundação Portuguesa de Cardiologia apresenta as seguintes atividades:

- Caminhadas por zonas agradáveis do concelho – que não devem ser superiores a 12Km; o percurso deve ser acessível à generalidade das pessoas. Podem ser oferecidos percursos diferentes (para os mais treinados e para os menos treinados).
- Atividades gímnicas do tipo “master” classe – aula de aeróbica em praças ou jardins.

- Atividades aquáticas – abrir a piscina municipal e convidar à participação em aulas e/ou jogos.
- Passeio de bicicleta e provas de perícia para os mais treinados.
- Jogos tradicionais e danças populares em interior ou exterior.

Todos os Municípios que aderirem ao Dia Mundial do Coração, receberão o seguinte material de divulgação, na medida dos recursos possíveis e permitidos pela FPC:

- Cartazes de divulgação do Dia Mundial do Coração;
- Folhetos didáticos sobre prevenção cardiovascular e promoção de estilos de vida saudável.

III.3 Custo:

A Adesão ao evento é GRATUITA e, pela experiência de outras edições, as parcerias a estabelecer para realizar a atividade, não trazem qualquer custo para o Município devido ao apoio a título gracioso e voluntário dos membros parceiros do CTL, no entanto, é necessário assegurar seguro para os/as participantes que ainda não estejam integrados em grupos organizados e claro que uma resposta em caso de emergência.

III.4 Possíveis entidades parceiras:

III.4.1 Nacionais - Fundação Portuguesa de Cardiologia, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto;

III.4.2 Regionais - ACES Loures-Odivelas, Hospital Beatriz Ângelo, Federação das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa;

III.4.3 Locais - Associações Locais, Corporações de Bombeiros, Unidades de Saúde de Odivelas, Instituto Superior de Ciências Educativas, Clubes, Comunidades Religiosas, Associativismo Juvenil, Empresas/Empresários, Farmácias e Forças de Segurança;

III.5.4 Municipais - GSIC (Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania), a DE (Divisão de Educação), a DDD (Divisão de Desenvolvimento Desportivo), o SMPC (Serviço Municipal de Proteção Civil), o GCMA (Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa), entre outras unidades orgânicas.”

Condições de Adesão, anexas à informação n.º Interno /2016/7816:



“Fundação
Portuguesa de
cardiologia

World Heart
Federation

Dia Mundial do Coração 2016

Condições de Adesão

Este evento é concebido para atrair o maior número de pessoas possível, pelo que as atividades desportivas a promover devem ser abertas à participação de todos os cidadãos, dirigidas a ambos os sexos e ao maior espectro possível de idades.

Pretende-se que no dia 1 ou 2 de outubro de 2016, entre as 10:00h e as 12:00h, os cidadãos tenham no seu Concelho a possibilidade de praticar atividades físicas e desportivas.

Para finalizar as atividades, os Concelhos poderão convidar os participantes a formar um coração humano.

Se possível e com finalidade meramente documental cada Município poderá enviar o registo fotográfico daquele momento por e-mail para fpcardio@fpcardiologia.pt

Para um programa ser considerado Dia Mundial do Coração deve respeitar as seguintes condições:

- A adesão ao Dia Mundial do Coração é feita pela Câmara Municipal.
 - A adesão implica a criação de um Comité Técnico Local (CTL).
 - O evento estará sempre sob a supervisão da Câmara Municipal, mas não tem necessariamente que ser organizado por esta.
 - A Fundação Portuguesa de Cardiologia sugere que todos os Concelhos aderentes promovam uma atividade que ocupe o período de tempo entre as 10:00h e 12:00h.
 - Os Concelhos são livres de organizar mais do que uma atividade.
 - As condições de proteção e segurança dos participantes têm que estar garantidas, incluindo seguro (nos termos do Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril) e serviços médicos e/ou paramédicos adequados ao tipo de atividades a realizar.
 - Em todas as atividades que realize, o CTL deve garantir à partida um número mínimo de pessoas (de um clube, por exemplo) cujo principal papel deverá ser estimular a participação da população, provocando o efeito de “junte-se a nós”.
- Alguns exemplos de atividades que podem ser realizadas no Dia Mundial do Coração:

Caminhadas por zonas agradáveis do concelho – que não devem ser superiores a 12Km; o percurso deve ser acessível à generalidade das pessoas. Podem ser oferecidos percursos diferentes (para os mais treinados e para os menos treinados).

Atividades gímnicas do tipo “master” classe – aula de aeróbica em praças ou jardins.

Atividades aquáticas – abrir a piscina municipal e convidar à participação em aulas e/ou jogos.

Passeio de bicicleta e provas de perícia para os mais treinados.

Jogos tradicionais e danças populares em interior ou exterior.”

(Aprovado por maioria)

PROCESSOS PARTICULARES

PROCESSO N.º 113/DPUPE/SPDM ESQUEMA DIRETOR E REDELIMITAÇÃO DA UOPG-10 VILA DE CANEÇAS

Esquema Diretor e Redelimitação da UOPG-10-Vila de Caneças, de acordo com o proposto na informação n.º 010/DPUPE/FL/2016, de 28.07.2016, constante do Processo n.º 113/DPUPE/SPDM.

(Aprovado por maioria)

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

PROCESSO N.º 113/DPUPE/SPDM UNIDADE DE EXECUÇÃO DO NÚCLEO ANTIGO DE CANEÇAS TERMOS DE REFERÊNCIA

Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças e respetivos Termos de Referência, anexos à informação n.º 010/DPUPE/FL/2016, de 28.07.2016, de acordo com o proposto na referida informação, constantes do Processo n.º 113/DPUPE/SPDM.

Excerto da informação n.º 010/DPUPE/FL/2016:

“No estudo desenvolvido e respetivo esquema diretor da UOPG-10-Vila de Caneças, os objetivos programáticos observados, delinearão os pressupostos a considerar nas SUB-UOPG’s, nomeadamente na SUB-UOPG-08, que corresponde à Unidade de Execução do Núcleo Antigo de Caneças:



-Assegurar a coerência da forma urbana que preserve o cariz de ruralidade, apostando no espaço público de vivência coletiva e num modelo de edificado reabilitado, complementar ao edificado tradicional e potenciando a estrutura verde;

-Apostar na salvaguarda e valorização do núcleo antigo de Caneças;

No que concerne aos objetivos específicos da Unidade de Execução:

-Valorização de uma referência identitária da Vila e do Município;

-Salvaguarda e Valorização do património cultural construído;

-Reabilitação urbana da área consolidada, carenciada de requalificação do tecido edificado;

-Modernizar e Revitalizar as atividades económicas instaladas através, da indução de novas atividades criativas em articulação com uma atitude de estratégia supramunicipal;

-Apostar na formação e participação dos atores Locais;

-Requalificação do espaço público com potencialidade de excelência, valorização da imagem urbana e das condições de mobilidade;

-Apostar num desenho urbano de qualidade;

-Implementação do percurso pedestre cultural da Rota da Água;

-Franca melhoria na qualidade ambiental.”

(Aprovado por maioria)

PROCESSO N.º 113/DPUPE/SPDM INÍCIO DE PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Abertura do período de Discussão Pública, já que a Área da Unidade de Execução não se encontra abrangida por plano de pormenor, pelo que, de acordo com o n.º 4 do artigo n.º 148 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a Câmara Municipal deve promover, previamente à aprovação, um período de discussão pública, anunciada com a antecedência mínima de cinco dias e por um prazo máximo de vinte dias úteis, nos termos do constante no Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), de acordo com o proposto na informação n.º 010/DPUPE/FL/2016, de 28.07.2016, constante do Processo n.º 113 /DPUPE/ SPDM.

(Aprovado por maioria)

PROCESSO N.º 322/2015/DPUPE NÚCLEO ANTIGO DE ODIVELAS

Proposta de aplicação de apoios e incentivos para a Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo de Odivelas, no âmbito do processo de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo de Odivelas, aprovado na 17.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2015 e na 15.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas de 2015 (*Boletins Municipais das Deliberações e Decisões n.º 18/2015 e n.º 21/2015, respetivamente*), sendo que os “...apoios e incentivos a atribuir no âmbito da Reabilitação Urbana são de natureza financeira e fiscal, bem como apoios no âmbito dos procedimentos administrativos necessários à execução das intervenções. (...)”, de acordo com o proposto na informação n.º 007/DPUPE/FL/2016, de 27.07.2016, na informação n.º 001/DPUPE/DG/MC/16, de 2016.07.27 e nos termos do Documento Complementar de Reabilitação Urbana para a ARU do Núcleo Antigo de Odivelas, todos constantes do Processo n.º 322/2015/DPUPE.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSO N.º 45085/RC ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/2002 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES

Alteração ao alvará de loteamento n.º 6/2002 do Bairro Casal de São Sebastião, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, para os lotes 132 e 133, em nome de Mauro Ivan dos Santos Lima, nas condições constantes na informação técnica n.º 218/CM/DRRU/DGOU/16 e de acordo com o proposto na informação na folha 5312, datada de 28.07.2016, constantes do Processo n.º 45085/RC.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSO N.º 28211/U ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 11/1996 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS

Alteração ao alvará de loteamento n.º 11/1996, da Urbanização dos CTT, Arrozeiras – Vale Covo, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, para os lotes 1A19 e 1A33, em nome de José Rodrigues Seixas e José Rodrigues Gomes, nas condições constantes na informação técnica datada de 13.07.2016 e n.º 60/TP/DLOP/15, de acordo com o proposto na informação n.º 15/APV/2016, datada de 15.07.2016, constantes do Processo n.º 28211/U.

(Aprovado por unanimidade)



**PROCESSO N.º 16919/U
RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/78**

Relativamente ao Processo n.º 16919/U, foi deliberado o seguinte, de acordo com o proposto na informação n.º 16/APV/2016, de 2016.07.15:

-Homologação do auto de vistoria constante da folha 795 à folha 801 do referido processo;

-A receção definitiva das obras de urbanização relativas ao alvará de licença de loteamento n.º 07/1978, em nome de Luciano Lopes Rosa e Outro;

-O cancelamento da garantia bancária constante na folha 500 do processo, emitida pelo Banco Pinto & Sotto Mayor no valor de 1.800.000\$ (€ 8.978,36 – oito mil novecentos e setenta e oito euros e trinta e seis cêntimos), prestada como caução para a adequada execução das obras de urbanização.

(Aprovado por maioria)

**PROCESSO N.º 28234/OM
ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/89
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, do Bairro Casal da Silveira, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, para os lotes 692 e 692A, em nome de Manuel dos Santos e Miguel Ângelo Cabral da Silva Farinha, nas condições constantes na informação técnica n.º 065/IF/DRRU/DGOU/16, de acordo com o proposto na informação na folha 7347, datada de 08.08.2016, constantes do Processo n.º 28234/OM.

(Aprovado por unanimidade)

**PROCESSO N.º 46796/RC
ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 3/2007
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2007 do Bairro Quinta das Canoas, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, para o lote 13, em nome de António Marques do Rosário, nas condições constantes na informação técnica n.º 86/RD/DRRU/DGOU/16, de acordo com o proposto na informação na folha 1383, datada de 08.08.2016, constante do Processo n.º 46796/RC.

(Aprovado por unanimidade)

**RAMAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E RESPECTIVO CONTADOR
BAIRRO SERRA DA LUZ
UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES**

Emissão de parecer desfavorável à ligação de ramal de abastecimento de água e respetivo contador do proprietário Agostinho Mendes Gouveia Dias, na Rua D. Manuel I, Lote n.º 402, Bairro Serra da Luz, União de Freguesias de Pontinha e Famões, de acordo com o proposto na informação na folha 21 e informação técnica n.º Interno/2016/7561, de 2016.07.21, constantes do Processo n.º edoc/2016/24023, de 28.07.2016.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
BAIRRO DOS QUATRO
UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 670, inserido no Bairro dos Quatro, pelo depósito caução n.º 11356, de 19.07.2016, na conta n.º 0035 0592012516650 do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., em nome de Maria Bela Nicolau Brás Vidal, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de €6480,98 (seis mil, quatrocentos e oitenta euros e noventa e oito cêntimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação técnica n.º 62/AV/DRRU/DGOU/2016, de 2016.07.25 e na informação n.º 54.2016, de 2016.07.25, constantes do processo.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
BAIRRO DOS QUATRO
UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 601, inserido no Bairro dos Quatro, pelo depósito caução n.º 10539, de 05.08.2016, na conta n.º 0035 0592012537950 do Banco Caixa Geral de Depósitos, SA, em nome de Jorge Manuel Vítor Louraço, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de €5.877,05 (cinco mil, oitocentos e setenta e sete euros e cinco cêntimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação técnica n.º 82/RO/DRRU/DGOU/2016, de 2016.08.10 e na informação n.º 59.2016, de 2016.08.10, constantes do processo.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

No uso da competência que me foi subdelegada pelo
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,
através do Despacho n.º 15/VPCT/2015

António de Sousa, Arq.º

DESPACHOS

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 15/DGOU/2016

Assunto: Subdelegação de competências do Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, Arq.º António Henrique Moreira de Sousa, na Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Arq.ª Ana Paula Figueiredo Viegas Murgeiro

Nos termos do artigo 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação habilitante, e ao abrigo do Despacho de Subdelegação de Competências n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, subdelego, na Chefe da Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, **Arq.ª Ana Paula Figueiredo Viegas Murgeiro**, nos dias 30 de agosto a 02 de setembro de 2016, as competências que me foram subdelegadas e que constam do supra citado Despacho, que serão exercidas no âmbito do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, durante o meu período de férias.

As competências subdelegadas poderão ser revogadas a todo o tempo desde que as circunstâncias o justifiquem, bem como poderão ser revogados quaisquer actos praticados pelo subdelegado nos termos legalmente previstos.

Poderá ainda o subdelegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer competência subdelegada relativa a determinado processo ou assunto, devendo, neste caso, o subdelegado abster-se da prática de quaisquer actos ou iniciativas susceptíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício das competências subdelegadas deverá o subdelegado prestar ao subdelegante todas as informações solicitadas, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 29 de agosto de 2016

O Diretor do Departamento de Gestão
e Ordenamento Urbanístico



AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 2/85 – B.º Casal da Silveira – Odivelas

20.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 24.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 17 de dezembro de 2014, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 2/85, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Paula Cristina dos Santos Bernardo e Filipa Andreia Santos Bernardo.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam do extrato da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros urbanísticos do lote:

Lote 930		Alvará 2/85	Pretensão
	Área Lote (m2)	720m2	720m2
	Área Implantação (m2)	150m2	150m2
	Área Construção (m2)	300m2	502m2
	Situação	Vago	Existente
	Pisos (un)	2	3+S
	Fogos (un)	1	0
	Serviços (un)	0	1
	Área anexo (m2)	28m2	40m2

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos, espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas. Quanto ao estacionamento privado, está previsto no âmbito da legalização da edificação ser proposto o recuo do limite frontal do lote, assegurando desta forma 3 lugares de estacionamento.

Paços do Concelho, 08 de agosto de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 10/2002 – B.º Sete Quintas AUGI II – Ramada/Caneças

3.º ADITAMENTO

Paulo César Teixeira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 20 de abril de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 10/2002, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Joaquim Manuel Caroça Alves.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam na Planta de Síntese do alvará de loteamento em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros urbanísticos do lote:

Lote	Alvará 10/2002		Proposta de Alteração	
	Área do lote [m2]	Índice ocupação/ construção	Área do lote [m2]	Índice ocupação/ construção
9	275,93	0.45/0.80	365,19	0.34/0.60

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos, espaços verdes de utilização pública e estacionamento público. Quanto ao estacionamento privado, no âmbito da legalização da edificação terá de ser cumprido o regulamento do loteamento e o disposto no art.º 101.º do RMEU.

3. Outras Condições

Para o lote 9 foi aceite a integração da área de 89,26 m2 na parcela privada mediante redução do perfil do arruamento (do domínio público).

Paços do Concelho, 16 de agosto de 2016

O Vice-Presidente

(Paulo César Teixeira)

(Nos termos do Despacho n.º 95/PRES/2015, de 23 de outubro, bem como o Despacho n.º 44/PRES/2016, de 10 de agosto)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de agosto de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/8723, de 2016.08.31:

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2015/10539
Interno/2016/7025 de 2016/07/07
Assunto: Rua Vasco Santana, n.º 12 – Ramada – T2 – Mário Perrulas Medinas
Decisão da Sra. Vereadora: “Concorda-se com a proposta de adequação de tipologia de T2 para T3, considerando a factualidade exposta. Esta adequação deverá ser equacionada no âmbito da gestão do parque habitacional.”
Data da decisão: 2016/08/18

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2014/65391
Interno/2016/8280 de 2016/08/11
Assunto: Relatório Final – Decisão Final: Resolução de contrato de arrendamento do locado sito na Praceta Alice Pestana, n.º 3 – C/V C Arroja – Zeca Mendes e Tinassa da Silva
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e fundamentação jurídica apresentada. Seguem ofícios assinados. À Divisão de Habitação para tramitação subsequente.”
Data da decisão: 2016/08/30

EDOC/2015/4167
Interno/2016/7667 de 2016/08/02
Assunto: Atualização de renda – Nome: Adélia Jorge da Silva – Morada: Rua Vitorino Nemésio, n.º 7 – 1º Dtº - Póvoa Santo Adrião
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, com o informado e proposto. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Susana Carina Neves da Silva e de Liliana Carina da Silva Maria, por existência de alternativa habitacional. Oficie-se. Segue contrato de arrendamento assinado.”
Data da decisão: 2016/08/30

EDOC/2015/4365
Interno/2016/7735 de 2016/08/05
Assunto: Atualização de renda – Nome: Ana Maria Fernandes – Morada: Bairro Olival do Pancas – Lote 51 – 1º B - Pontinha
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Oficie-se nos termos propostos. Proceda-se à exclusão de Flávio Lopes Fernando Monteiro, por existência de alternativa habitacional. Mantenha-

se a situação sob acompanhamento social próximo, nomeadamente através de visitas domiciliárias de forma a prevenir a acumulação de dívida de renda.”
Data da decisão: 2016/08/23

EDOC/2015/4418
Interno/2016/3279 de 2016/04/04
Assunto: Atualização de renda – Nome: Inácio Lopes Varela – Morada: Bairro Olival do Pancas – Lote 52 – 2º B – Olival do Pancas - Pontinha
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Oficie-se o arrendatário. Mantenha-se a situação sob acompanhamento. À Divisão de Habitação.”
Data da decisão: 2016/08/11

EDOC/2015/4420
Interno/2016/2844 de 2016/07/19
Assunto: Atualização de renda – Nome: Maria Amélia Pereira Semedo – Morada: Bairro Olival do Pancas – Lote 52 – 2º C - Pontinha
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Oficie-se nos termos propostos. Segue contrato de arrendamento.”
Data da decisão: 2016/08/23

EDOC/2016/1567
Interno/2016/8658 de 2016/08/30
Assunto: Realojamento – Nome: Maria do Carmo Gomes Silva – Morada: Rua Padre João Pinto, n.º 7 – 2º Esq., Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Seguem contratos assinados. À Divisão de Habitação.”
Data da decisão: 2016/08/30

EDOC/2016/12094
Interno/2016/7553 de 2016/07/22
Assunto: Atualização de fichas PER do núcleo de construções precárias do Bairro do Barruncho – Exclusões de elementos dos agregados familiares a realojar em fogos municipais – Decisão Final
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Seguem editais e ofícios assinados. À Divisão de Habitação para tramitação subsequente.”
Data da decisão: 2016/08/18

EDOC/2016/27546
Interno/2016/8020 de 2016/08/04
Assunto: Notificação da cessação do contrato de arrendamento por renúncia. Locado sito na Rua Dr. Elysio Moura, n.º 8 – R/C Frente em Odivelas.
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Seguem Editais assinados. À Divisão de Habitação para tramitação subsequente.”
Data da decisão: 2016/08/24

EDOC/2016/33465
Interno/2016/7600 de 2016/07/22
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Helena Aragão – Odivelas – Pagamento de Quota Extraordinária
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento da verba de 324 €, relativa a encargos com condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2016/08/23



EDOC/2016/37254

Interno/2016/7135 de 2016/07/11

Assunto: Rua Amélia Rey Colaço, 3, 7º F – Verificação conjunta com representante do senhorio da situação que provocou infiltrações no fogo subjacente (6º F)

Decisão da Sra. Vereadora:” De acordo. Ao DFA para o cabimento, compromisso e pagamento à empresa Silviurbana, da verba de 938,90 € (condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06), relativa a indemnização por danos em fracção habitacional na qual o MO é arrendatário. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/08/10

EDOC/2016/42292

Interno/2016/8469 de 2016/08/22

Assunto: Denúncia do Arrendamento Prohabita – Acordo 328 (III Fase) – Rua Amélia Rey Colaço, 14, 1º Frt., na qualidade de representantes de Perfeito Galvão Alves e Olívia Dias Galvão da Costa

Decisão da Sra. Vereadora: “À consideração do Sr. Vice-Presidente da CMO com proposta de assinatura do ofício anexo, destinado a envio ao IHRU, para efeitos de informação sobre a exclusão do PROHABITA do agregado familiar de Maria do Carmo Gomes Silva, na sequência de realojamento no parque habitacional do MO, com efeitos na cessação do contrato de arrendamento no final do corrente ano, bem como assinatura do ofício para envio a empresa representante do senhorio. A presente diligência decorre do trabalho de avaliação em curso do programa PROHABITA e, consequentemente traduz a diminuição de um encargo mensal para a CMO de 451,92 € (5 423,04€ /ano).”

Data da decisão: 2016/08/24